



PODER EXECUTIVO

Município de Boa Esperança - Estado do Espírito Santo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Senador Eurico Rezende, nº 780 | Centro | Boa Esperança/ES | CEP 29.845-000

Telefone: (27) 3749-0001 | E-mail: gestao.boaesperanca@gmail.com | www.boaesperanca.es.gov.br

DECRETO N.º 10.504/2025

DE: 17/12/2025

Designa, em caráter excepcional e temporário, a Sra. Karine da Silva Costa para a prática de atos de lançamento tributário no âmbito do Município de Boa Esperança-ES, disciplina a solicitação de pareceres técnicos à Comissão de Avaliação, com caráter subsidiário e não vinculativo, e dá outras providências.

O Prefeito de Boa Esperança, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais com amparo no inciso VIII do Artigo 75 da Lei Orgânica Municipal.

Considerando a necessidade de assegurar a continuidade administrativa e a regular constituição do crédito tributário, evitando prejuízos à arrecadação municipal decorrentes da paralisação de rotinas de lançamento;

Considerando que a ausência momentânea de servidores da carreira de Auditor Tributário não pode implicar, por si só, interrupção de lançamentos, sob pena de comprometimento do interesse público e da prestação regular de serviços públicos essenciais;

Considerando, ainda, que a falta de lançamento não pode transferir ao contribuinte ônus indevido, tampouco gerar insegurança jurídica, represamento de demandas, atrasos administrativos ou prejuízos decorrentes da ausência de providências tempestivas pelo Poder Público;

Considerando, por fim, o caráter excepcional e temporário da presente designação, até que se restabeleça a normalidade da estrutura de pessoal da administração tributária.

DECRETA:

Art. 1º Fica a Sra. Karine da Silva Costa, Contadora, matrícula nº 225390, lotada na Secretaria Municipal de Fazenda, designada, em caráter excepcional e temporário, para, na qualidade de autoridade administrativa competente, praticar os atos necessários ao lançamento tributário no âmbito do Município de Boa Esperança, nos limites e na forma estabelecidos pela legislação tributária municipal e demais normas aplicáveis

Art. 2º Para fins deste Decreto, o lançamento tributário compreende os atos e procedimentos administrativos destinados à constituição do crédito tributário, incluindo, quando cabível, a verificação do fato gerador, a determinação da matéria tributável, o cálculo do montante devido, a identificação do sujeito passivo e demais providências previstas no ordenamento.

Art. 3º Previamente à efetivação dos lançamentos que demandem apuração técnica do valor venal, estimativa, enquadramento de padrões construtivos, análise comparativa de mercado, ou outros elementos de natureza técnica correlata, a autoridade designada no art. 1º poderá solicitar à Comissão



PODER EXECUTIVO

Município de Boa Esperança - Estado do Espírito Santo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Senador Eurico Rezende, nº 780 | Centro | Boa Esperança/ES | CEP 29.845-000

Telefone: (27) 3749-0001 | E-mail: gestao.boaesperanca@gmail.com | www.boaesperanca.es.gov.br

Municipal de Avaliação de Imóveis (ou órgão equivalente) a emissão de pareceres, informações técnicas, laudos ou notas técnicas para instrução do processo administrativo tributário.

Art. 4º Os documentos técnicos emitidos pela Comissão referida no art. 3º terão natureza estritamente instrutória e de apoio basilar, destinando-se a subsidiar a formação do convencimento da autoridade lançadora, sem caráter vinculativo, de modo que:

I - não substituem o juízo de valor e a decisão administrativa da autoridade competente para o lançamento;

II - não transferem competência decisória à Comissão ou a seus membros;

III - deverão ser juntados ao processo administrativo tributário e utilizados como subsídio à instrução.

Art. 5º A Comissão Municipal de Avaliação de Imóveis atuará, quando provocada, exclusivamente como órgão de assessoramento técnico, vedada a prática de atos de lançamento, de constituição de crédito tributário, ou de quaisquer deliberações que importem fixação definitiva de base de cálculo com efeitos tributários.

Art. 6º A autoridade designada poderá, por despacho, estabelecer rotinas internas, formulários, checklists e fluxos de instrução, visando à padronização, transparência, motivação e rastreabilidade dos atos, observadas as normas legais e regulamentares vigentes.

Art. 7º O prazo de vigência da designação prevista no art. 1º será de 17 de dezembro de 2025 a 09 de Janeiro de 2026, podendo ser prorrogada caso haja necessidade, contados da data de publicação deste Decreto, devendo a Administração adotar, durante esse período, as providências necessárias à recomposição/regularização da força de trabalho da administração tributária, conforme a legislação aplicável.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO DE BOA ESPERANÇA, aos 17 dias do mês de dezembro de 2025.

CLAUDIO RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra.